

Tese analisa impactos regionais da desindustrialização no país

De acordo com estudo do Instituto de Economia, São Paulo é o Estado mais afetado por ter parque produtivo diversificado

LUÍZ SUGIMOTO
sugimoto@reitoria.unicamp.br

O Brasil está sofrendo um processo de desindustrialização? Há controvérsias. Em tese de doutorado defendida no Instituto de Economia (IE) da Unicamp, o economista Daniel Pereira Sampaio avalia autores que discordam e outros que concordam com esta qualificação, a partir de várias perspectivas teóricas: dos descrentes no fenômeno, dos ortodoxos, da doença holandesa como sua causadora e de outros autores heterodoxos (com ênfase nos estruturalistas). Intitulada "Desindustrialização e impactos regionais no Brasil", a tese teve a orientação do professor Fernando César de Macedo Mota, no âmbito do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (Cede) do IE.

Considerando a controvérsia, Daniel Sampaio adota a visão "estruturalista" para afirmar que o país está se desindustrializando, sim, ainda que denomine este processo de "relativo", explicando-o pelo aumento do *gap* tecnológico em relação às economias desenvolvidas, pela quebra de elos em cadeias produtivas e pela substituição do produto final nacional pelo importado. Em sua opinião, o processo de desindustrialização em marcha apresenta efeitos regionais e setoriais distintos, com duplo efeito sobre a economia paulista, que possui o parque produtivo mais diversificado e a maior parte dos setores modernos, assim como pela rearticulação de um sistema produtivo nacional que tem em São Paulo seu centro mais dinâmico.

O economista lembra que a discussão sobre a desindustrialização no país vem se desenvolvendo desde a década de 1980, mas de forma espaçada, sem um debate estruturado como visto nos países desenvolvidos a partir dos 60. "Até onde alcançamos com a revisão da literatura, considero que Pierre Salama (1987) foi o primeiro texto sobre o tema aplicado ao Brasil. Mas o debate contemporâneo sobre a desindustrialização no Brasil tem início com um documento da Unctad [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento] de 2003, o 'Trade and Development Report'. Podemos pensar que a discussão veio de fora, mas o presidente da Unctad na época era um brasileiro, Rubens Ricúpero, que escreveu artigos a respeito".

O autor da tese ressalta que este relatório destacou Brasil e Argentina como países desindustrializados, que quebraram o elo de suas cadeias produtivas e passaram por um processo de desarticulação da indústria erigida no modelo de industrialização por substituição de importações. "A controvérsia ganhou fôlego em 2005, quando Bresser Pereira publicou coluna na *Folha de S. Paulo* pregando que a desindustrialização brasileira era causada pela 'doença holandesa': a ideia de que exportar recursos naturais abundantes no país leva a uma apreciação cambial, trazendo muitos dólares para a economia e tornando a moeda local valorizada. Bresser observou este movimento no período de 2003 até 2008, com aceleração da exportação de commodities e concomitante valorização do real".

Sobre os desdobramentos do debate, Sampaio recorda que, ainda em 2005, aconteceu um seminário internacional da Fiesp/Tedi (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), que resultou num conjunto de textos acadêmicos abrindo outras posições no debate. "São textos como de Gabriel Palma (Cambridge), Régis Bonelli (FGV-RJ), Júlio Sérgio Gomes de Almeida (Unicamp) e Maria Carmen Feijó (Federal Fluminense) e da Fiesp/Iede. A variedade de perspectivas coloca a 'controvérsia da desindustrialização' como um capítulo particular e ainda com desdobramentos na história do pensamento econômico brasileiro e latino-americano".

É reconhecido na literatura, segundo o economista, que a indústria foi deixada em segundo plano dentro as prioridades da política econômica, sendo que outras agendas foram priorizadas, como da democratização (Constituição de 88), da reforma do Estado e da estabilização monetária. "Outro elemento que impacta a indústria local é uma taxa de juros elevadíssima, com investidores locais e internacionais alocando seu capital para obter uma valorização mais pujante no setor financeiro."

O pesquisador acrescenta que logo na sequência do seminário Fiesp/Iede vieram textos negando o processo de desindustrialização. "Autores dessa vertente argumentam que embora a indústria diminua a sua participação no PIB no longo prazo, ela não deixa de crescer, mesmo que em taxas baixas; e que não há uma mudança substancial na estrutura industrial brasileira, à exceção do setor de refino de petróleo, que é de direção estatal. Porém, entre eles, alguns reviram seu posicionamento diante dos impactos da crise mundial de 2008."

GRUPOS E SUBGRUPOS

Depois dos descrentes no fenômeno, e tendo classificado os autores que alimentam a controvérsia em quatro grupos, Daniel Sampaio segue avaliando a posição dos ortodoxos, que acreditam na ocorrência do fenômeno no Brasil, mas em períodos determinados. "Eles sustentam que o problema não é estrutural, mas conjuntural, e coincide com o momento de estabilização monetária e depois com o governo Lula. Ademais, os ortodoxos partem do modelo de crescimento de Solow, que prioriza o aumento da produtividade, independentemente do setor em que isso aconteça – se industrial, de serviços ou agrícola. Por isso, a indústria não teria tanta importância."

O terceiro grupo avaliado pelo economista é de autores heterodoxos que atribuem a causa da desindustrialização à "doença holandesa", qual seja: a tendência de valorização da moeda nacional por conta da abundância de recursos naturais voltados para a exportação. "Eles veem a desvalorização cambial como mecanismo essencial para promover o desenvolvimento industrial e acreditam que esse elemento seria suficiente para realizar um ajuste automático, como um interruptor. Tocam em problemas centrais, mas dão pouca ênfase a aspectos microeconômicos e territoriais".

Ao tratar de um grupo maior que denomina de "outros autores heterodoxos", Sampaio recorre a nova subdivisão, incluindo na primeira as entidades públicas e privadas, como Fiesp e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). "A Fiesp produz uma infinidade de textos e promove seminários para discutir e propor soluções que impactem em melhorias na competitividade da indústria. O Dieese, por sua vez, traz outra preocupação: se a indústria é o setor com a capacidade de criar empregos de melhor qualidade e maiores salários, a desindustrialização vai eliminar ou reduzir o peso desses postos de trabalho".

Dentro desta subdivisão dos heterodoxos, o autor da pesquisa julga que a leitura

feita pelos "neoschumpeterianos" traz posicionamentos que enriquecem o debate, uma vez que analisam a indústria a partir da dinâmica da inovação. "Eles trazem à tona uma discussão com maior ênfase na dinâmica microeconômica e sua interação com a macroeconomia. Destacam, por exemplo, o aumento das disparidades tecnológicas entre as nações, a política industrial, as transformações na organização das corporações transnacionais e as cadeias globais de valor."

VISÃO ESTRUTURALISTA

A tese de Sampaio alinha-se com o método e análise da vertente estruturalista, integrada por autores como Wilson Cano,



Fábrica fechada na região de Campinas: segundo o autor da pesquisa, os debates acerca da desindustrialização no país tiveram início na década de 1980

Fotos: Antônio Perri

Luiz Gonzaga Belluzzo e Ricardo Carneiro. "Recorrendo à abordagem histórico-estrutural, esses autores argumentam que as causas da desindustrialização remontam à 'Crise da Dívida' dos anos 1980, sendo agravada pela rápida abertura comercial e financeira daquela década e pelo Plano Real, e intensificada pelos efeitos da crise internacional de 2008. Tudo o que se construiu no modelo desenvolvimentista que vigorou entre 1930 e meados dos 80 está sendo desmontado: a integração produtiva, a integração regional, o próprio parque produtivo e suas cadeias".

A partir da leitura estruturalista, o pesquisador organizou quatro categorias analíticas de desindustrialização, que permitem a sua avaliação a partir de múltiplas escalas espaciais. "Isso é importante por causa da questão regional, pois São Paulo chegou a concentrar mais da metade da produção industrial nacional, conectando cadeias produtivas pelo país. Porém, fala-se em desindustrialização como se a nossa indústria fosse distribuída de forma homogênea no território, ou seja, sem destacar a elevada heterogeneidade que marca a nossa formação econômica regional".

A primeira categoria foi denominada de desindustrialização absoluta, que significa o fechamento generalizado de unidades locais industriais, com a redução absoluta do número de empregos industriais. "Optamos por não analisar esta categoria, já que teríamos que descer ao nível do município ou do setor industrial, o que fugiria do escopo da pesquisa. É a categoria mais grave, que geralmente serve a autores que não veem desindustrialização no país, visto que confundem este processo somente com a desindustrialização absoluta – como a indústria cresce, inexistente o fenômeno, argumentam".

Conforme Daniel Sampaio, a segunda categoria mais grave já se encontra no plano da desindustrialização relativa, em que

é analisado também o aspecto qualitativo: ela ocorre por meio da substituição do produto final nacional pelo produto importado. "Empresas brasileiras que eram predominantemente industriais estão se tornando predominantemente mercantis. É o caso da empresa que antes fabricava produtos têxteis e agora está importando similares de países asiáticos (com destaque para a China) e usando a marca para expandir sua rede de lojas. O que é extremamente grave, já que se deixa de gerar emprego, renda e progresso técnico na própria indústria e em sua cadeia – e este dinheiro passa a circular em território estrangeiro, contribuindo para o crescimento de outros países".

A desindustrialização pela redução do conteúdo nacional é a terceira categoria observada pelo economista. "Trata-se da utilização crescente no produto brasileiro de insumos, partes, peças e componentes vindos diretamente do exterior. Com isso, a empresa brasileira torna-se paulatinamente uma montadora. Na área de eletrônicos, temos exemplos do que chamamos de perda de elos em cadeias produtivas".

A última categoria é da desindustrialização pelo aumento do *gap* tecnológico, em que o autor da tese recorre à análise histórica para avaliar o aumento da distância do Brasil em relação à dinâmica tecnológica e produtiva mundial. "Se no período da industrialização substituindo as importações, o país se aproximava dos padrões vigentes nos países desenvolvidos, a ruptura daquele processo – com a crise da dívida, a abertura comercial, políticas restritivas do Plano Real – fez aumentar o *gap* tecnológico. O mundo realizou sua terceira revolução industrial (da informática e robótica) na década de 80 e já caminha para a quarta (da nano e biotecnologia e das energias renováveis). Ao passo que o Brasil, que sequer realizou a terceira revolução, vê inclusive o parque de máquinas e equipamentos sendo desmontado".

Publicação

Tese: "Desindustrialização e impactos regionais no Brasil"

Autor: Daniel Pereira Sampaio

Orientador: Fernando César de Macedo Mota

Unidade: Instituto de Economia (IE)



Os economistas Wilson Cano (alto), Luiz Gonzaga Belluzzo (centro) e Ricardo Carneiro (acima), da vertente estruturalista: causas da desindustrialização remontariam à "Crise da Dívida" dos anos 1980

QUESTÃO REGIONAL

No último capítulo da tese, o pesquisador aborda a desindustrialização do ponto de vista regional, a partir da perspectiva da integração nacional. "Há uma desindustrialização mais forte em São Paulo pela própria natureza da industrialização brasileira. O estado perde por ter uma indústria mais complexa, diversificada e com setores tecnologicamente avançados, e também por suas conexões regionais – perde duplamente. Por esta perspectiva vemos outros elementos como a 'fragmentação espacial', em que algumas regiões crescem mais que a média do país por se relacionarem diretamente com o exterior; as guerras fiscais, em que municípios e Estados oferecem incentivos fiscais para atrair empresas; e a guerra dos portos, que fazem o mesmo para atrair importações, intensificando o processo de desindustrialização".

Sampaio julga que sua tese avança em determinados aspectos e lança novas perguntas, concluindo que a desindustrialização ocorre de fato no Brasil e é um dos principais problemas a serem enfrentados no século XXI. "Contudo, não há perspectiva de uma retomada da industrialização, sobretudo com a agenda atual de restrição fiscal. Vejo desenhos de políticas para dar novo fôlego à indústria nacional, como de expansão do consumo, inclusão social, expansão do ensino técnico e superior, financiamento ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, expansão da infraestrutura de transportes e incentivos à exportação, dentre outras. Mas a indústria continua fora da agenda prioritária do governo e o empresário também não investe, visto que as expectativas na indústria estão baixas e a riqueza capitalista é alocada em outros circuitos que geram elevados retornos, principalmente o financeiro".